

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A RELAÇÃO DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM O ESTADO: A FETRAF-RS NO PERÍODO RECENTE

Mateus Lazzaretti

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7009>

Submetido em: 2023-09-19

Postado em: 2023-09-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Everton Lazzaretti Picolotto (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4199-5553>)

A RELAÇÃO DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM O ESTADO: A FETRAF-RS NO PERÍODO RECENTE

AUTOR, Mateus Lazzaretti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1099-2758>

<lazzaretti.mateus@acad.ufsm.br>

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria (RS), Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a relação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) com o Estado durante os governos de direita entre 2016 e 2022 no Brasil, evidenciando o repertório de ações utilizado pela entidade durante os governos anteriores e as transformações ocorridas no período analisado. A metodologia empregada é qualitativa e consistiu na análise de conteúdo sobre a divulgação das ações da Federação em publicações em sua página na rede social *Facebook* em quatro períodos delimitados: 1) da fundação da entidade até completar um ano de existência, ainda sob governo petista (agosto/2014 - agosto/2015); 2) durante os meses finais do último governo do PT e meses iniciais do governo de Michel Temer (2016); 3) durante o segundo e último ano de governo Temer (2018); 4) durante o governo de Jair Bolsonaro, considerando o período de retorno à presencialidade da maioria das atividades após a pandemia de coronavírus (2021/2 a 2022/1). Como resultados, identificou-se o afastamento em relação ao Estado a partir do fim do ciclo de governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a redução de políticas públicas para o setor e diminuição de recursos financeiros gerou dificuldades na relação com a base.

Palavras-chave: agricultura familiar, sindicalismo, Estado, repertório de ação, governos de direita.

THE RELATIONSHIP OF FAMILY AGRICULTURE UNIONISM WITH THE STATE: FETRAF-RS IN THE RECENT PERIOD

Abstract: This article aims to analyze the relationship between the Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) and the State during the right-wing governments between 2016 and 2022 in Brazil, highlighting the repertoire of actions used by the organization during previous governments and the transformations that occurred during the analyzed period. The methodology employed is qualitative and consisted of content analysis of the dissemination of FETRAF's actions in publications on its Facebook page in four delimited periods: 1) from the foundation of the organization until its first year of existence, still under the PT (Workers' Party) government (August 2014 - August 2015); 2) during the final months of the last PT government and the early months of the Michel Temer government (2016); 3) during the second and final year of the Temer government (2018); 4) during the Jair Bolsonaro government, considering the period of the return to in-person activities for most

activities after the coronavirus pandemic (2021/2 to 2022/1). As a result, it was identified that there was a distancing from the State after the end of the cycle of governments led by the Workers' Party (PT), the reduction of public policies for the sector, and a decrease in financial resources, which generated difficulties in the relationship with the base.

Keywords: family agriculture, unionism, State, repertoire of action, right-wing governments.

INTRODUÇÃO

Os agricultores familiares se constituem, no Brasil, como um dos atores sociais mais destacados das últimas décadas, posição decorrente de fatores como a criação de políticas públicas e investimentos no setor, estudos acadêmicos realizados por pesquisadores e pesquisadoras sobre a agricultura de base familiar e a atuação política do sindicalismo de trabalhadores rurais na mobilização em torno das demandas destes grupos. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república em 2002, o sindicalismo da agricultura familiar experimentou um aumento significativo da participação em canais institucionais de discussão, elaboração e implementação de políticas públicas para sua base social, adotando um repertório de ações adaptado a este novo período.

No presente artigo, pretende-se analisar a relação entre os governos liderados pelo PT e o sindicalismo da agricultura familiar do Sul do país, com destaque para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), buscando identificar as rotinas de interação, bem como as transformações decorrentes do ciclo de governos de direita recentes (2016-2022). Para tal, além de apoiar-se na bibliografia sobre o tema, será feita uma análise das ações divulgadas pela FETRAF-RS em seu perfil na rede social *Facebook*¹ em quatro recortes de tempo: 1) da fundação da entidade até completar um ano de existência, ainda sob governo petista (agosto/2014 - agosto/2015); 2) durante os meses finais do último governo do PT e meses iniciais do governo de Michel Temer (2016); 3) durante o segundo e último ano de governo Temer (2018); 4) durante o governo de Jair Bolsonaro, considerando o período de retorno à presencialidade da maioria das atividades após a pandemia de coronavírus (2021/2 a 2022/1).

Como referencial teórico será utilizada a produção de Charles Tilly, a partir de seus conceitos de *regime* e *repertório*. De forma resumida, para Tilly (2006; 2008), um *regime* se caracteriza por interações repetidas e fortes entre os atores políticos mais destacados, sendo um

¹ Esta rede social foi a principal plataforma de divulgação das ações da FETRAF-RS durante o período analisado, uma vez que seu sítio na internet passou por manutenção e, ao menos, a aba de notícias estava fora do ar no momento da escrita deste artigo.

deles o governo. Tais interações ocorrem dentro da jurisdição do governo e os atores interagem tanto entre si quanto com ele. Aprofundando este conceito, Rebecca Abers, Marcelo Kunrath Silva e Luciana Tatagiba (2018) definem regime como uma estrutura relacional que engloba atores estatais e não estatais que têm acesso às discussões e decisões governamentais, e que se estruturam em torno de coalizões governantes e são liderados por elas. Já o conceito de *repertório*, Tilly (2006) define como sendo as várias formas de reivindicação disponíveis para qualquer conjunto específico de atores para fazer suas ações e as prováveis consequências das mesmas. O repertório de performances é a forma com a qual os movimentos sociais interagem e influenciam os regimes, sendo também influenciados por ele. Conformam-se, assim, repertórios que prevalecem em tempos e lugares específicos, tornando-os uniformes dentro dos regimes e diferenciando-os de outros regimes (*Idem*, 2008).

Para Antonio Gramsci o Estado é tanto o terreno do conflito de classe, como também instrumento de classe, lugar da luta hegemônica e processo de unificação das classes dirigentes, e onde também a classe subalterna disputa com a classe no poder os espaços por onde se propagam a ideologia e o senso comum, no sentido do Estado ampliado ou integral, compreendido por ele como sendo o Estado restrito ou sociedade política e a sociedade civil, onde estão localizados os aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, partidos, associações culturais, Igrejas, dentre outros, por meio dos quais o Estado também educa para o consenso (GRAMSCI, 2002; LIGUORI, 2017). Em compreensão semelhante, Poulantzas (2000) entende o Estado como sendo a condensação material da relação de forças e expressão da luta de classes em desenvolvimento na sociedade, onde o Estado é dirigido por um bloco no poder composto por classes e frações de classes dominantes, sob hegemonia de uma delas, mas cujo governo não é absoluto, de forma que a estrutura ou organização institucional estatal é uma resposta à luta de classes. A partir das lutas das classes subalternas, o Estado capitalista vê-se obrigado ou mesmo opta por atender certos interesses, que podem até afetar economicamente alguma das classes dominantes, mas mantém intacto seu poder político (POULANTZAS, 1986).

Entendendo os agricultores e agricultoras familiares como parte das classes subalternas, com a alteração da correlação de forças no bloco no poder e as alterações no regime de relações a partir do golpe contra Dilma Rousseff em 2016, a FETRAF-RS passou a enfrentar uma crise de atuação devido ao afastamento com o Estado (em especial com o Poder Executivo), sendo-lhe necessária a reorganização de seu repertório de ações.

1 A AGRICULTURA FAMILIAR E O SINDICALISMO

A agricultura familiar no Brasil foi legalmente reconhecida como categoria profissional pela Lei nº 11.326/2006, que considera agricultor familiar “aquele que pratica atividades no meio rural” e que atenda aos requisitos: a) não possuir área maior do que 04 módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra da própria família; c) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento; d) dirija o estabelecimento com sua família. Além disso, também inclui como beneficiários da lei silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais, desde que atendam os requisitos acima (com adaptações para cada especificidade) (BRASIL, 2006). Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), esse setor é diferenciado em cinco grupos conforme seu nível de renda, e que de modo geral podem ser classificados como: Grupo A (assentados), Grupo B (periféricos), Grupo C (intermediários/em transição), Grupos D e E (consolidados ou mais capitalizados) (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Já a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) define sua base de representação da seguinte forma:

[...] categoria específica dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, proprietários ou não de imóvel rural, incluindo os aposentados ativos e inativos, os assentados arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, posseiros, possuidores ou usufrutuário que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar assim entendido o trabalho de membros da mesma família indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais. (FETRAF-RS, 2023, p. 2)

Alguns trabalhos, no entanto, apontam para a problemática de reificação desta categoria, bem como o enfoque economicista dado pelos programas governamentais e a necessidade de uma abordagem que leve em conta as relações sociais concretas e não apenas o critério de unidade de produção (NEVES, 1985). Outra questão apontada é evitar cair na armadilha de só perceber os agentes sociais quando são nomeados pelo Estado, isto é, não compreender o adjetivo *familiar* apenas conforme o enquadramento legal, mas levar em consideração debates intelectuais, mobilizações políticas, ou, em outras palavras, a inserção destes sujeitos no espaço social para compreender os significados particularizados pela expressão (GARCIA JR; HEREDIA, 2009). Além disso, ignorar tais aspectos pode levar a que se incorra na generalização e polarização economicista entre *agricultura familiar* e *agricultura patronal*, que corretamente aponta o desequilíbrio de volume de recursos destinados à última, mas apaga (ou deixa de discutir) o mesmo problema em relação aos distintos grupos que compõem a categoria agricultura familiar, onde o Estado tem privilegiado os investimentos nos segmentos mais consolidados ou em vias de

se consolidar, relegando os grupos mais pauperizados às políticas sociais (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER. 2017).

Da mesma forma, no sindicalismo rural do Rio Grande do Sul, alguns setores historicamente privilegiaram a organização de pequenos agricultores, sobretudo aqueles de origem européia (italiana e alemã), os chamados *colonos* e, com a redemocratização na década de 1980 e aumento da participação e visibilidade dos pequenos agricultores, a maior parte dos dirigentes tanto da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-RS, eclética) quanto a FETRAF-RS tinha origem colona, situação que se manteve com a consolidação das políticas para agricultura familiar nas últimas três décadas (PICOLOTTO, 2022).

Atualmente, a representação no meio rural no Rio Grande do Sul encontra-se numa situação prática de pluralismo sindical (PICOLOTTO, 2018), embora legalmente a unicidade ainda seja vigente. Houve um processo de implosão da categoria *trabalhador rural* no período recente, fruto do fortalecimento de identidades específicas (como dos agricultores familiares, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, etc) e tensionamento das limitações da categoria eclética imposta por lei² durante a Ditadura Civil-Militar, suscitando também críticas ao sindicalismo oficial e sua atuação durante o período (RICCI, 1999; FAVARETO, 2006; MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2022).

Acompanhando o processo de diferenciação e dissociação do sindicalismo a nível nacional, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) realizando uma opção preferencial pela agricultura familiar e dando suporte à criação de uma confederação específica de assalariados rurais em 2015³, bem como do sindicalismo rural cutista que vinha desde a década de 1990 se aprofundando na representação deste setor (CORRÊA, 2021; TEIXEIRA, 2023), no Rio Grande do Sul atualmente existem três federações sindicais de trabalhadores rurais: 1) a FETAG-RS, integrante do sistema CONTAG, representa cerca de 280 sindicatos, com prioridade para agricultores familiares, mas mantendo ainda diversos sindicatos ecléticos; 2) a Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais (FETAR-RS), vinculada à CONTAR, representando oito sindicatos de assalariados; 3) a FETRAF-RS, ligada à CONTRAF e orgânica à CUT, representa 54 sindicatos, sendo alguns deles regionais, como o caso do Sutraf da região do Alto Uruguai. Embora sem constituir federação e

² Buscando conter a organização política das populações subalternas do meio rural, a Ditadura unificou a enorme diversidade destas na categoria *trabalhador rural*, por meio da legislação sindical e trabalhista, coibindo o uso de termos com maior conotação política como a de *camponês*. Porém, autores destacam a sagacidade do movimento sindical em *desneutralizar* a denominação *trabalhador rural*, remetendo a uma posição na relação capital-trabalho, além de buscar dar representação unitária frente a tentativas patronais e governamentais de segmentar o sindicalismo (PALMEIRA, 1989; MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2022).

³ Trata-se da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR).

atuando principalmente por fora da estrutura sindical, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) também dirige alguns sindicatos no estado.

2 A ATUAÇÃO DA FETRAF-RS DURANTE OS governos liderados pelo PT

A FETRAF-RS surgiu como estrutura orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi fundada oficialmente em 2014 como fruto da estadualização da FETRAF-Sul, esta por sua vez criada em 2001 e com área de atuação nos três estados do Sul do Brasil. Por sua origem comum com a CUT e com o PT e uma atuação que vinha se consolidando desde então (CONTI, 2016), a FETRAF⁴ experimentou durante os governos liderados pelo PT um grande fortalecimento, conquistando mais espaços institucionais, com a criação de uma Secretaria da Agricultura Familiar no interior do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), participação em conselhos de políticas públicas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), bem como a criação de políticas públicas e destinação de maiores recursos para a agricultura familiar (MEDEIROS, 2014; RODRIGUES; LADOSKY, 2015; PICOLOTTO, 2022).

A soma desses fatores consolidou o caráter propositivo que o sindicalismo vinha adotando desde a década de 1990, deixando de lado uma atuação mais reivindicatória que marcou a década de 1980, numa rotina de interação que pode ser entendida como de *protesto e ação direta*, conforme Abers, Serafim e Tatagiba (2014), onde os movimentos sociais, estando de fora da coalizão governante e em oposição ao bloco no poder, utilizavam de protestos para pressionar os órgãos governamentais para abrir negociações e levar suas demandas ao Estado, demonstrando capacidade de mobilização. Os resultados alcançados neste novo período, bem como a assunção de responsabilidades pela execução de políticas públicas, dotaram o sindicalismo da capacidade de proporcionar ganhos reais e avanços para sua base social, o que se converteu em aumento da legitimidade e, mais especificamente, de aumento na sindicalização no meio rural (RODRIGUES; LADOSKY, 2015; CORRÊA, 2021).

Consolidou-se, durante os governos liderados pelo PT, uma rotina de interação com o Estado marcada pela *política de proximidade*, que funciona através de contatos pessoais entre atores do Estado e sociedade civil, por vezes levando a prescindir de mediações institucionais, e da *ocupação de cargos na burocracia*, quando representantes ou aliados dos movimentos sociais logram ocupar cargos no Estado, possibilitando o avanço de seus objetivos, facilitação de negociações e

⁴ Quando mencionada assim, sem o complemento “RS” ou “Sul”, apontamos para elementos de continuidade entre FETRAF-SUL e FETRAF-RS. Em outros momentos, é utilizada no sentido de Sistema FETRAF, que compreende a CONTAF, as FETRAFs e os Sindicatos.

retroalimentação sobre outras rotinas de interação. No caso do MDA, por exemplo, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), um técnico ligado ao Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) foi chamado para ocupar a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA (MEDEIROS, 2014). O DESER foi uma entidade criada pelo sindicalismo cutista do sul do país, dirigida por sindicalistas e que prestava assessoria por meio de pesquisas e orientações políticas. Nesse período, tornou-se comum a realização de marchas e protestos regulares que serviam para dar respaldo ao Ministro e ao Secretário para o pleito de recursos junto a outros ministérios para atender as reivindicações do sindicalismo (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Ao analisar amostras da divulgação de ações pela FETRAF-RS durante o período de 2014 a 2015, constata-se a realização de frequentes agendas exclusivas com ministros - em especial do MDA⁵ - em Brasília-DF, a participação destes e/ou outros representantes dos ministérios em atividades promovidas pela FETRAF-RS no estado, agendas também acompanhadas por parlamentares do PT ligados à pauta. Além disso, uma série de parcerias realizadas com os ministérios para execução de projetos habitacionais por meio de uma cooperativa de habitação orgânica à estrutura da FETRAF⁶, bem como cursos de formação e capacitação de dirigentes, cujo foco era desenvolver lideranças capazes de pautar, elaborar e executar políticas públicas. Este elemento é condizente com o apontado por Conti (2016), de que durante a história da FETRAF houve uma transição gradual dos processos de formação política dos dirigentes e lideranças sindicais, passando de uma formação voltada à mobilização e a um “discurso sociopolítico transformador” (2016, p. 288) para uma formação focada na capacidade técnica, na atuação em reuniões e na elaboração e execução de políticas públicas. No Rio Grande do Sul, de 2011 a 2014, o governo estadual foi dirigido pelo PT e contou com um Secretário de Desenvolvimento Rural (SDR) oriundo das fileiras do sindicalismo rural da CUT, Ivar Pavan (PT), que também fora deputado estadual. Além disso, presente na maioria das agendas e atuando como interlocutor e articulador de reuniões entre a FETRAF e a SDR durante o governo de José Ivo Sartori (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB), estava Altemir Tortelli, deputado estadual eleito em 2010 pelo PT e que possuía longo histórico de atuação no sindicalismo rural cutista, tendo sido coordenador geral da FETRAF-Sul entre 2004 e 2010.

No período de 2014 a 2015, o repertório de protestos e ações diretas se concentraram em duas frentes principais: 1) em frente à órgãos públicos como prédios do governo estadual, reivindicando liberação de recursos, ações de enfrentamento a estiagens e a crise da cadeia de

⁵ Outros dois ministérios com os quais a FETRAF teve encontros frequentes no período analisado foram o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA).

⁶ Trata-se da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (Cooperhaf), fundada em 2001.

produção de leite; e em frente a agências bancárias, reivindicando principalmente maior celeridade com projetos habitacionais; e 2) frente a órgãos privados, em especial empresas de laticínios que estavam em débito com produtores devido aos efeitos da operação “Leite Compensado”⁷.

Apesar dos avanços e conquistas obtidos durante os governos liderados pelo PT, é preciso destacar que a FETRAF ocupou posições secundárias na coalizão governante e não fez parte efetivamente do bloco no poder. Em primeiro lugar, porque concorria com outros atores, igualmente legitimados socialmente (como o sistema CONTAG⁸), reconhecidos pelo governo e pela própria CUT⁹. Em segundo lugar, porque os governos liderados pelo PT constituíram-se enquanto governos de coalizão, onde coexistiram tanto os interesses da agricultura familiar (por meio do MDA) quanto da agricultura patronal e agronegócio (por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, principalmente), este último historicamente detentor de maior poder econômico, extensões de terra, alocação de recursos públicos e poder político, elegendo aquela que segue sendo a maior bancada no Congresso Nacional, a chamada Frente Parlamentar Agropecuária¹⁰. Como assinalam Abers, Silva e Tatagiba (2018, p. 33), a posição ocupada pelos atores dos movimentos sociais no regime é definidora de “oportunidades e/ou obstáculos para reconhecimento, acesso e influência institucional de tais atores e interesses” e, que, portanto, em diferentes regimes tais movimentos encontrarão distintas possibilidades de avançar em suas pautas conforme sua posição no regime e relação com a coalizão governante. Da mesma forma, Poulantzas (1986, p. 185) afirma que o Estado capitalista permite, devido a sua própria estrutura, “as garantias de interesses econômicos de certas classes dominadas, [...] eventualmente contrárias aos interesses econômicos a curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos, com a sua dominação hegemônica”.

Por conta disso, embora considerasse um governo *sem*, a FETRAF manteve uma série de críticas aos governos liderados pelo PT, como a demora para obtenção de reconhecimento e atendimento a algumas pautas, além do volume de recursos recebidos pela agricultura familiar em comparação ao agronegócio. Tais críticas e atritos se acentuaram nos governos de Dilma Rousseff (PT, 2011-2014 e 2014-2016), onde a FETRAF reclamava da dificuldade de diálogo com a

⁷ A operação Leite Compensado foi desencadeada pelo Ministério Público do RS em 2013, após análises de qualidade feitas pelo MAPA indicarem a presença de substâncias químicas e água em amostras de leite, apontando para indícios de fraudes. A operação levou à prisão de envolvidos e fechamento de empresas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/05/08/leite-compensado-entenda-como-operacao-descobriu-adulteracao-no-leite-ha-10-anos-no-rs.ghtml>>. Acesso em 04 ago. 2023.

⁸ Sistema CONTAG é o conjunto de entidades Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) municipais, Federações estaduais (FETAGs) e a própria Confederação Nacional (CONTAG).

⁹ De 1995 até 2009 a CONTAG esteve filiada à CUT e ainda hoje conta com dirigentes cutistas entre seus quadros, bem como FETAGs dirigidas por cutistas (CORRÊA, 2021; PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023).

¹⁰ Ver Fernandes (2014), Aquino, Gazolla e Schneider (2017) e Picolotto (2022).

presidente e com a crescente centralização da execução de algumas políticas públicas em órgãos do Estado, reduzindo os espaços do movimento sindical (BAGNARA, 2021). Entende-se que além do problema de centralização, o afastamento do sindicalismo da execução de algumas políticas públicas tende a afetar também sua relação com a base, na medida em que entrega menos resultados a esta, podendo diminuir assim sua legitimidade junto a sua base social e frente a outros atores concorrentes. Tais reclamações sinalizaram, também, um início da alteração na correlação de forças na sociedade, que alterou a composição do Estado e enfraqueceu as organizações da agricultura familiar.

3 AS ALTERAÇÕES A PARTIR DOS GOVERNOS DE DIREITA RECENTES (2016-2022)

Esta problemática se aprofundou após o *impeachment* de Dilma em 2016 e a conformação de uma nova coalizão governante que não incluía atores ligados aos movimentos sociais e sindicais de perfil popular e mais alinhados com a esquerda, oriundos das classes subalternas, como é o caso da FETRAF¹¹. Deste modo, o pleito do sindicalismo por políticas públicas que vinha sendo razoavelmente efetivo foi frontalmente afetado, uma vez que a *política de proximidade* do sindicalismo em relação ao Estado se alterou com a exclusão de seus aliados que *ocupavam cargos na burocracia*. Isto é, para além de dirigentes formados e capacitados política e tecnicamente para o processo de negociação com agentes do Estado, esse repertório também era dependente da existência de interlocutores dentro do aparato estatal (parlamentares, ministros e secretários aliados, por exemplo). Nesse sentido, os governos de direita recentes promoveram um afastamento em relação com os movimentos sociais e sindical, seja alterando ou excluindo espaços de atuação privilegiada, com a extinção do MDA no governo Temer (2016-2018) e de conselhos consultivos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no governo Bolsonaro (2019-2022)¹², seja por meio da redução do orçamento destinado a algumas políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e do valor destinado à Agricultura Familiar pelo Plano Safra (CONTRAF BRASIL, 2021). Em outras palavras, ainda que não tenha havido uma

¹¹ Como afirmou Conti (2016, p. 128) “No caso do sindicalismo se trata de uma relação que começou a ser cimentada vários anos antes, pela identificação e proximidade do projeto político-sindical, gestado pela CUT e a FETRAF-Sul, com o projeto político defendido pelo Partido dos Trabalhadores [...]”.

¹² Assim como o MDA com Temer, o CONSEA foi extinto pelo governo Bolsonaro já no início de seu mandato, por não constar na estrutura de governo a partir da Medida Provisória (MP) 870 que visava reorganizar a estrutura de governo. A parte da MP que extinguiu o Conselho foi suspensa em maio de 2019, mas sua recriação foi vetada por Bolsonaro. Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>. Acesso em 28 jul. 2023.

alteração de forma do Estado capitalista brasileiro, foram alterações de regime e também das estruturas governamentais, com a extinção de um ministério que fora conquistado num momento de força dos movimentos sociais do campo, a partir da luta contra o bloco no poder, e que nesse novo período entrou em recuo (POULANTZAS, 1986).

Nesse período a FETRAF-RS apresentou redução do número de filiados contribuintes em dia: de 17.398 filiados em dia em 2014 para apenas 8.019 em 2021. Tal redução parece ser motivada pela crescente perda de capacidade em atender as demandas de sua base social (PICCOLOTTO; LAZZARETTI, 2023), seja porque o governo passou a absorver a função de execução de algumas políticas durante os últimos anos de governo Dilma, seja pela redução de orçamento ou mesmo extinção de canais institucionais e de políticas públicas durante os governos de direita de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Outros fatores, porém, também concorreram para este refluxo do sindicalismo, como as reformas de orientação neoliberal que tornaram facultativa a contribuição sindical e a necessidade dos sindicatos estarem presentes nas negociações coletivas (CAMPOS; SILVA, 2023), bem como uma ofensiva ideológica contra os sindicatos e organizações de esquerda.

No Rio Grande do Sul, de 2014 a 2022, foram duas gestões de direita e alinhadas politicamente ao governo federal do pós-*impeachment*. O órgão governamental responsável pela pauta da agricultura familiar - a SDR - nesse período teve a seguinte configuração: 1) entre 2015 e 2018 teve à sua frente o economista Tarcísio Minetto¹³, que foi um dos fundadores da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)¹⁴, tendo sido indicado para o cargo pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e contando com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS)¹⁵; 2) foi extinta em 2018 e teve suas funções absorvidas pela Secretaria de Estado da Agricultura¹⁶, pasta dirigida até 2021 pelo deputado federal licenciado Covatti Filho, do Partido Progressista (PP), e durante 2022 por sua mãe, Silvana Covatti,

¹³ Minetto, filiado ao PSB, também teve passagem como dirigente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (Fecoagro-RS). Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/definidos-mais-dois-nomes-para-secretariado-de-sartori-1.161209>>. Acesso em 08 ago. 2023.

¹⁴ A CTB é uma central sindical composta pela Corrente Sindical Classista (CSC), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pela corrente Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), do PSB, e foi fundada após estas correntes saírem do interior da CUT, tendo como principal impulsionador a divergência de algumas FETAGs (incluindo a do RS) com a existência e atuação da FETRAF-Sul e FETRAF-Brasil, num momento em que a CONTAG ainda era filiada à CUT (CORRÊA, 2021).

¹⁵ Informações retiradas do site da CTB, com base em matéria da FETAG-RS. Disponível em: <<https://ctb.org.br/sem-categoria/economista-tarcisio-minetto-assume-sdr-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 08 ago. 2023.

¹⁶ A nova estrutura passou a se chamar Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR). Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/nova-estrutura-da-secretaria-da-agricultura-e-publicada-no-diario-oficial-do-estado#:~:text=Com%20a%20extin%C3%A7%C3%A3o%20da%20Secretaria,eram%20desenvolvidas%20pela%20antiga%20SDR>>. Acesso em 08 ago. 2023.

deputada estadual pelo PP, ambos com histórica ligação com o setor patronal rural e empresas e corporações do agronegócio¹⁷; 3) ao final de 2022 a Assembleia Legislativa aprovou a recriação da SDR¹⁸, tendo sido indicado para o cargo o deputado Ronaldo Santini (Podemos - PODE), o que gerou distintas reações no sindicalismo rural gaúcho, com a FETAG afirmando ser um bom nome, apesar de inesperado, e a FETRAF-RS apontando que desconhece a relação do mesmo com a agricultura familiar e afirmando que esperava alguém com maior relação e que pudesse negociar com o governo federal, agora comandado novamente por Lula (PT)¹⁹.

Desta configuração da Secretaria depreende-se que no período 2014-2018, ainda que a FETRAF-RS tenha construído frequentes agendas e negociações, a pasta tinha à frente um nome mais próximo à FETAG, sua concorrente no âmbito sindical (PICOLOTTO, 2022). Para isso, contava frequentemente com a interlocução do então deputado estadual e ex-dirigente da FETRAF-Sul, Altemir Tortelli (PT). Este deputado, porém, não se reelegeu nas eleições de 2018, o que representa um certo enfraquecimento na atuação da FETRAF-RS em sua relação com o Estado, ainda que para isso conte com o apoio de outros parlamentares petistas, mas que não possuem ligação tão estreita com a entidade. Além da interlocução de parlamentares, um fator que jogava peso importante na capacidade de negociação da FETRAF-RS com o governo estadual era sua proximidade política e acesso ao governo federal, em especial com alguns ministros e secretários, condição que manteve até o *impeachment* em 2016. Com a extinção da SDR em 2018, ocorre situação semelhante ao MDA, ou seja, uma redução do peso político e da alocação orçamentária para a pauta da agricultura familiar, uma vez que a Secretaria da Agricultura, tal qual o MAPA a nível federal (FERNANDES, 2014), possui maior influência dos setores patronais e empresas do agronegócio.

Este último representa mais um dos desafios enfrentados pela FETRAF-RS no regime de relações com o Estado de 2016 a 2022. Se nos governos liderados pelo PT os interesses da agricultura familiar coexistiram com os do agronegócio, a partir do governo Temer e durante o governo Bolsonaro a relação já desigual tornou-se ainda mais desequilibrada. O setor patronal ou do agronegócio ampliou sua influência nas diversas instâncias do Estado e, a partir dele, reforçou seus aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001; DAGNINO, 2004; MENDONÇA, 2012), processo que encontra lastro na crescente importância econômica do agronegócio dentro

¹⁷ Repórter Brasil detalha a atuação de Covatti Filho em pautas anti-ambientais e o apoio recebido por empresários e empresas do agronegócio. Ver em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/ruralista-novo-presidente-da-comissao-de-meio-ambiente-da-camara-tem-historico-de-atuacao-antiambiental/>. Acesso em 08 ago. 2023.

¹⁸ Disponível em: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/330044>. Acesso em 08 ago. 2023.

¹⁹ Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/nomea%C3%A7%C3%A3o-de-ronaldo-santini-para-secretaria-do-desenvolvimento-rural-surpreende-entidades-1.941950>. Acesso em 08 ago. 2023.

do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, e é levada à cabo por grandes investimentos políticos e ideológico-culturais. Exemplo destes investimentos é a difusão da compreensão de que a agricultura familiar também é agronegócio, a despeito da discrepância em termos propriedade fundiária, relações sociais e de produção, e de investimentos estatais, por exemplo (BRUNO, 2010; NEVES, 2018). Além disso, em outra frente, a bancada do agronegócio no Congresso Nacional deu maciço apoio à chamada Reforma Trabalhista de 2017, que fragilizou os sindicatos e travou sua atuação (PICOLOTTO; LAZZARETTI; HÜBNER, 2020; CAMPOS; SILVA, 2023), além de ter poder suficiente para pautar politicamente o Executivo, indicar nomes para ocupar cargos estratégicos e ministérios, reivindicar crescentes volumes de investimentos e dominar as pautas de exportação²⁰. Nesse sentido, o agronegócio avança sobre a base da agricultura familiar - em especial sobre as frações mais consolidadas economicamente (AQUINO; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2018) -, ao mesmo tempo em que apoia políticas que enfraquecem seus adversários neste campo, no caso o sindicalismo da agricultura familiar.

Em outras palavras, se é verdade que durante os governos liderados pelo PT, o bloco no poder fez concessões no campo econômico para a agricultura familiar e viu-se obrigada a dividir parcela do poder político, a situação se alterou em 2016, num movimento das frações dominantes do bloco no poder para reforçar seu poder político e diminuir os sacrifícios de seus interesses econômicos mais imediatos em favor da agricultura familiar, reforçando sua hegemonia na sociedade civil (POULANTZAS, 1986; GRAMSCI, 2002).

Visualizando que seria prejudicada pela configuração que se desenhava com a possibilidade de deposição de Dilma, a FETRAF-RS somou forças aos demais movimentos sociais e políticos nas mobilizações contra o *impeachment*, que consistiram principalmente em marchas na capital Porto Alegre. Numa situação de ambiguidade, ao mesmo tempo em que investia esforços para defender o governo, a entidade organizou um abaixo-assinado contra a proposta de reforma da previdência que começou a ser ventilada ainda no final do governo Dilma pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Para a coleta de assinaturas, o abaixo-assinado foi distribuído aos sindicatos de base para que ficasse disponível em suas sedes e fosse divulgado

²⁰ Uma identificação dos principais atores do agronegócio no Brasil, bem como o apoio que a “bancada ruralista” (Frente Parlamentar Agropecuária, que representa os interesses do agronegócio no Congresso) prestou ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, pode ser conferido no artigo de Caio Pompeia na edição de janeiro da Revista Piauí, intitulado “O agrobolsonarismo”. Link: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

²¹ Relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) aponta para a participação de empresários e entidades do agronegócio na convocação e financiamento de ações de caráter golpista durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, bem como de contestação ao resultado das eleições presidenciais de 2022, quando Lula saiu vitorioso. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/30/com-apoio-logistico-e-doacoes-serie-b-do-agro-articulou-golpe-desde-2019.htm>>. Acesso em 05 ago. 2023.

também nas assembleias. Outros repertórios presentes nesse período foram as notas de repúdio, a realização de aulas abertas com aliados de universidades e órgãos públicos, bem como a denúncia dos parlamentares gaúchos que votaram favoravelmente ao *impeachment* e, na compreensão da Federação, votaram contra a agricultura familiar. Já com o afastamento provisório de Dilma, a FETRAF-RS passou a denunciar que “Temer acolhe propostas do agronegócio que põem em xeque a agricultura familiar” (FETRAF-RS, 2016).

Foram feitas notas públicas também a respeito da extinção do MDA e a participação em protestos e ação direta com trancamentos parciais ou totais de rodovias e pontes nos municípios e regiões de atuação da FETRAF-RS. Compreende-se que o fato de ter tomado posição e participado dos atos em defesa de Dilma e contra o novo governo reforçaram a ligação da Federação com a esquerda, o que também poderia provocar dificuldades na atuação em negociações com a nova coalizão. Mais do que tomada de posição nas mobilizações, o IV Congresso da FETRAF-Brasil²² em maio contou com a participação de Dilma Rousseff, bem como ex-ministros de seu governo participaram em audiências e debates promovidos pela FETRAF-RS, demonstrando a proximidade na relação da entidade com o governo petista.

Ao final do primeiro semestre de governo Temer e durante 2017, a pauta principal de atuação da FETRAF-RS foi as mobilizações contra a proposta de reforma da previdência. Para isso, além de seminários internos de planejamento de ações, audiências públicas e seminários de formação e debate sobre o tema, a entidade utilizou com frequência o repertório de marchas seguidas de ocupação e/ou trancamento de agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bastante utilizado pelo sindicalismo rural cutista na década de 1980 (com fechamento de agências bancárias), e que eram encerradas em atos públicos com a presença de autoridades como deputados estaduais e até prefeitos municipais²³. Outro repertório que voltou a ser utilizado foi o de trancamentos de rodovias com a formação de acampamentos na beira de estradas, ações que muitas vezes foram realizadas em conjunto a antigos aliados dos quais a FETRAF se distanciou ou até concorreu durante os governos liderados pelo PT (PICCOLOTTO, 2022), como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o MPA e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Neste ano os partidos e movimentos sociais alinhados à esquerda realizaram uma greve geral no mês de abril, demonstrando força e logrando adiar as discussões

²² Este congresso aprovou a transformação da FETRAF-Brasil em Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF-Brasil).

²³ Segundo matéria publicada na página da rede social *Facebook* da entidade em julho de 2016, no ato regional realizado pela FETRAF em Sarandi-RS, o então prefeito municipal, Paulo Kasper não só participou como se comprometeu em entregar documento de apoio ao movimento contra a reforma da previdência, em nome do município. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fetrafrigrandedosul/posts/pfbid02Akab4Kxc2SzQHXY93KhTMB3Y6jD7QqT3RUgjjhgdEnynTmjRgN84BQG9gphLbSxEl>>. Acesso em 08 ago. 2023.

sobre a reforma da previdência. No campo negocial, a CONTRAF-Brasil realizou algumas agendas com ministros e secretários do governo federal para apresentar reivindicações referentes à crise da cadeia produtiva do leite, acompanhada de manifestações no estado sobre a pauta, porém relataram não obter muitos avanços. Com o governo estadual, o secretário da SDR, Minetto, chegou a realizar uma visita ao Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai (Sutraf-AU), com a participação de dirigentes da FETRAF e de cooperativas próximas.

Em 2018, nos meses analisados²⁴, predominaram as manifestações com trancamentos de rodovias e pontes como resposta à prisão do ex-presidente Lula, acompanhada de posicionamentos públicos da FETRAF-RS ao que considerava um ataque à democracia e que indiretamente afetava a agricultura familiar. No mês de julho, já com vistas às eleições daquele ano, a FETRAF-RS realizou a Caravana da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento, que percorreu 19 municípios, colhendo propostas que foram sintetizadas e entregues ao então pré-candidato ao governo do estado, Miguel Rossetto (PT), que fora ministro do MDA durante os governos liderados pelo PT. Tal atividade emula a caravana realizada em 2001 com o que viria a ser pré-candidato e eleito presidente Lula, que consolidou o papel da FETRAF no sindicalismo da agricultura familiar e elaboração e execução de políticas públicas (CONTI, 2016; PICOLOTTO, 2022). Além disso, atividades voltadas ao próprio sindicalismo, ou como denominado por Teixeira (2023), *ações de reprodução social* do movimento, a FETRAF e seus sindicatos organizaram atividades festivas e comemorativas em alusão ao dia do agricultor familiar (comemorado em 25 de julho), como uma forma de enaltecimento e interação com sua base, além da realização de cursos de capacitação com dirigentes visando realizar campanha de sindicalização.

O período da pandemia de coronavírus, a partir do início de 2020, levou a que a grande maioria das ações se desse em ambiente virtual, o que privilegiou repertórios como reuniões, audiências e debates. Em muitas delas, foi possível identificar que foram realizadas em parceria entre a FETRAF, MST, MPA, MAB e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), aprofundando a reconstrução de laços iniciada anos antes. A pauta principal do setor foi a criação de auxílio e crédito emergencial para a agricultura familiar, uma vez que as compras institucionais e também os mercados para seus produtos foram profundamente afetados, enquanto também se colocavam como solução para o combate à fome junto às populações mais atingidas pela pandemia. Convergiram, assim, na defesa de iniciativas

²⁴ Foram selecionados os meses de abril, julho e novembro.

legislativas com esse mote²⁵. Em 2021, ainda sob medidas de restrição sanitária, os movimentos sociais e sindicais organizaram ações de ajuda e também propaganda sob a insígnia da *solidariedade*, realizando entregas de cestas básicas com produtos da agricultura familiar e assentamentos para populações pobres e periféricas, aliada a atos públicos com falas de lideranças. Associaram-se também a movimentos urbanos na cobrança por ampliação do auxílio emergencial a pessoas de baixa renda e pelo início e ampliação da vacinação contra o coronavírus.

A FETRAF-RS, além disso, realizou uma campanha de sindicalização e fez visitas aos seus sindicatos, para discutir questões de organização e atividades a serem desenvolvidas. Além disso, participou de protestos em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Palácio Piratini, sede do governo estadual, cobrando crédito emergencial para a agricultura familiar e apoio à produção de alimentos. Estes protestos foram realizados em parceria com os movimentos aliados, citados anteriormente. Em 2022, seguindo as divulgações feitas pela entidade, foram retomadas visitas de dirigentes à deputados e senadores em Brasília, em especial os do Rio Grande do Sul (de esquerda e direita) e aqueles mais ligados às suas pautas, tendo como pauta principal os efeitos da estiagem no estado. Constam também agendas de negociação com secretarias estaduais e ministérios federais, além de protestos públicos voltados a esses órgãos que levaram a novas reuniões de negociação. No âmbito das ações de reprodução social do movimento, nova campanha de sindicalização, a criação do coletivo estadual de mulheres da FETRAF-RS e a realização de seminário para discussão de propostas do setor para as eleições daquele ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste levantamento do repertório de ações da FETRAF-RS, pode-se compreender que durante os governos liderados pelo PT a posição ocupada pelo *sistema fetrafiano*²⁶ na coalizão governante, ainda que secundária, rendeu ao sindicalismo a possibilidade de ampliar sua relação com a base social da agricultura familiar a partir da conquista de políticas públicas para o setor e a possibilidade de atuar como executor das mesmas. As décadas anteriores de fortes lutas do conjunto da classe trabalhadora, e da agricultura familiar em particular, forçaram as classes dominantes a concederem espaços na estrutura do Estado e uma série de avanços econômicos. Com isso, predominaram repertórios de negociação, por vezes

²⁵ A exemplo do Projeto de Lei nº 886/2020. Ver sobre em: <https://www.camara.leg.br/noticias/667566-proposta-inclui-socorro-a-agricultor-familiar-entre-medidas-contrapandemia/>. Acesso em 09 ago. 2023.

²⁶ Expressão utilizada aqui para se referir ao conjunto de sindicatos, federação e a confederação nacional (Sintrafs, FETRAF e CONTRAF).

acompanhados de demonstrações e atos públicos, porém dotados de significação diferente. Isto é, mais do que uma função de confronto ou para forçar os governos a abrir negociações, tinham como objetivo dar respaldo aos seus aliados que ocupavam cargos na burocracia para a obtenção de recursos financeiros num governo de coalizão onde seus interesses coexistiam com os do agronegócio. O Estado, dessa forma, *educou* a sociedade civil no sentido de arrefecer a luta de classes e os confrontos mais diretos (LIGUORI, 2017), ou, conforme Tilly (2008), das performances prescritas para reivindicações.

Já ao final do mandato de Dilma Rousseff, com a pressão judicial e política sobre aquele governo, o governo passou a centralizar em si a execução de algumas políticas públicas, o que gerou críticas e desconforto por parte da FETRAF-RS, porém os canais de pressão ainda existiam, seus aliados seguiram em alguns cargos e ainda possuíam o respaldo da parte da coalizão governante com a qual possuíam maior relação, ou seja, o PT. O *impeachment* abalou profundamente essa relação e se configurou como uma mudança de regime. Se por um lado o agronegócio deu maciço apoio ao afastamento de Dilma e o PT, o sindicalismo da FETRAF-RS tomou posição e realizou mobilizações contra o que chamou de Golpe e em oposição ao governo de Temer. Perdeu os aliados que ocupavam cargos na burocracia e viu o MDA ser extinto. A Federação, a partir de então, passou a reutilizar com mais frequência repertórios de protesto e ação direta para demonstrar sua oposição às medidas, mas também para ser recebida e negociar, seja com o governo federal, seja com o estadual, para apresentar as demandas de sua base, com menores garantias de ser atendida, ou menor disposição dos governos em atender seus pleitos. No caso do RS, como já citado, o secretário da SDR entre 2014 e 2018 possuía maior ligação com a FETAG, sua concorrente direta e histórica na representação da agricultura familiar.

Esse novo contexto se aprofundou com a eleição de Jair Bolsonaro, político de extrema direita e que além da já referida mudança institucional e redução dos espaços e diálogos com os movimentos sociais e sindical, fomentou uma forte e demarcada oposição ideológica e até de criminalização da esquerda política e os movimentos com ela identificados. Além disso, fortaleceu o apoio ao agronegócio, tanto por meio do Estado, quanto política e ideologicamente. O apoio que Bolsonaro angariou em diversos setores da sociedade, bem como sua posição em relação a pautas como a da defesa da propriedade privada, contrário às demarcações de terra para os povos indígenas e tradicionais e apelo discursivo para uma suposta *classe produtora*, levou a criação de certas afinidades conservadoras de setores da agricultura familiar com esta figura política, o que gerou dificuldades à FETRAF-RS na relação e mobilização de sua base social, o que parece se expressar com a progressiva redução do número de filiados em dia (PICOLOTTO; LAZZARETTI, 2023). No Rio Grande do Sul, nesse mesmo período, a SDR foi extinta e teve

suas funções absorvidas pela Secretaria de Agricultura, dirigida por representantes políticos do agronegócio, colocando a agricultura familiar numa posição secundária e subordinada.

Compreende-se, portanto, que nesse período, embora alguns repertórios utilizados pela FETRAF e pelo sindicalismo rural cutista nas décadas de 1980 e 1990 tenham sido reciclados, as condições para sua utilização não foram as mesmas. Mudaram as características dos regimes de relação com o Estado, com seus adversários (em especial o agronegócio) tendo se fortalecido mais, mesmo nos momentos de maior crescimento do sindicalismo da agricultura familiar. Da mesma forma, sua base social passou por profundas transformações. Se na década de 1980 e 1990 ela se mobilizava para conquistar o que nunca havia possuído (apoio do Estado, investimentos, reconhecimento legitimização social e política), na mudança de regime a partir dos governos de direita recentes a condição dos agricultores familiares era outra, em especial entre aqueles mais consolidados (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). A soma desse fator com a crescente dificuldade para levar ganhos de políticas públicas para sua base social e o *caldo político* de oposição e criminalização à esquerda e ao sindicalismo, levou a que parte dos agricultores familiares alterasse sua percepção a respeito dos sindicatos e das políticas públicas, numa visão de independência e autonomia (PICOLOTTO; LAZZARETTI, 2023). Intensificou-se a luta entre as classes dominantes e as dominadas, porém o reforço do poder político das primeiras enfraqueceu a capacidade de resistência e reação das segundas, em particular da agricultura familiar, que também teve parcela de sua base social cooptada ideologicamente.

Em resumo, tanto quanto os repertórios influenciam nas características dos regimes, estas também influenciam nos repertórios. Eles podem e são reutilizados conforme o conhecimento que os movimentos têm de sua efetividade e conforme a exigência das circunstâncias particulares. Porém nunca se trata de uma reprodução integral, pois leva-se em consideração os efeitos ou a reação do alvo destes repertórios, nesse caso o Estado. Quando a realidade não atende a expectativa - por exemplo, fazer uma marcha e esperar ser atendido - coloca-se aos movimentos a necessidade de repensar, readaptar ou inovar seus repertórios de ação, num processo que não é simples ou rápido, na maioria das vezes, requerendo estudo e análise da situação e das possibilidades. Esse parece ter sido o processo pelo qual a FETRAF-RS passou no último período. Com o início de um novo governo liderado pelo PT, em 2023, o cenário parece ter se alterado positivamente para o sindicalismo, gerando expectativas a partir das experiências passadas. Mais uma vez, porém, assim como a atuação da FETRAF-RS, o novo governo não ocorre nas mesmas condições dos governos anteriores liderados pelo PT, pois a história é

processual, não cíclica. Novas análises, portanto, poderão analisar o processo de readequação da atuação do sindicalismo da agricultura familiar no período que está se iniciando.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**. vol. 57, n. 2. Rio de Janeiro, RJ. 2014, p. 325-357.

ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, vol. 105. São Paulo, SP. 2018, p. 15-46.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, 2018, p. 123-142.

BAGNARA, Alcemir Antonio. **Enquadramentos Interpretativos da FETRAF e as mudanças da atuação sindical na relação com Estado, Políticas Públicas e Base Social**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2021.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 05 ago. 2023.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. *In*: **CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL**. 2010. Não paginado.

CAMPOS, André Gambier; SILVA, Sandro Pereira. Impactos estruturais da reforma trabalhista de 2017 sobre sindicatos de trabalhadores no Brasil. **Mercado de Trabalho**. n. 75, 2023, p. 1-16. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12048>>. Acesso em 15 jun. 2023.

CONTI, Irio Luiz. **Organizações Sociais e Políticas Públicas: inserção da FETRAF-Sul nas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

CONTRAF BRASIL - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL. **Documento Base do V Congresso Nacional da Agricultura Familiar**. Brasília, DF: 2021.

CORRÊA, Éllen Gallerani. O Sindicalismo De Trabalhadores Rurais Como Objeto De Disputa E Como Agente De Construção De Centrais Sindicais No Brasil (2003-2017). **Caderno CRH**, Salvador, BA: v. 34, 2021, p. 1-19.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: **FACES, Universidad Central de Venezuela**, 2004, p. 95-110.

FAVARETO, Arilson da Silva. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, 2006, p. 27-44.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, ano 35, v. 01, n. 02, 2014, p. 41-53.

FETRAF-RS - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto Social**. Sananduva, RS: 2023.

FETRAF - RS, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Sul (@fetrafriograndedosul). TEMER ACOLHE PROPOSTAS DO AGRONEGÓCIO QUE PÔEM EM XEQUE A AGRICULTURA FAMILIAR. Porto Alegre, 28 abr. 2016.

Facebook: usuário Facebook. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/photos/a.646013315505843/1029453937161777/>>. Acesso em 08 ago. 2023.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias - Estratégias de reprodução social**. vol. 2. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009, p. 213-243.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Às margens da História (História dos grupos sociais subalternos). **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 129-146.

LIGUORI, Guido. Estado. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Boitempo Editorial, 2017. Não paginado.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERAZ, Marcos.

(orgs.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2014, p. 247-282.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um Conceito. **Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, Cortez Editora, 1985, p. 220-241.

_____. “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” !!!??? “Está na Globo.” Agricultura familiar é vida e solidariedade. *In*: SILVA, Gimima; PUGA, Lúcia; RIOS, Otávio. (orgs.). **Alfabetização política, relações de poder e cidadania: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2018, p. 52-73.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil. **Sociedade e Estado**. v. 33. Brasília, DF: 2018, p. 85-115,.

_____. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Curitiba, PR: Editora Appris, 2022.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; LAZZARETTI, Mateus; HÜBNER, Mikaela Fabiana. Reformas neoliberais no mundo do trabalho no pós-impeachment de 2016: atores, argumentos e alguns resultados. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, n. 1, 2020, p. 109-125.

PICOLOTTO, Everton; LAZZARETTI, Mateus. O sindicalismo da agricultura familiar no sul do Brasil no cenário recente. **Ejes de Economía y Sociedad**, v. 7, n. 12, 2023, p. 40-57.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, SP: Editora Martins Fontes, 1986.

_____. **O Estado, o poder político, o socialismo**. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 2000.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, 2015, p. 87-142.

TEIXEIRA, Marco Antonio. **CONTAG 1963-2023**: ações de reprodução social e formas de ações coletivas. Mórula Editorial, 2023.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

_____. Repertoires and Regimes. *In*: TILLY, Charles. **Contentious Performances**. New York: Cambridge University Press, 2008.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

Minibiografia do autor do paper: Mateus Lazzaretti é estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Possui graduação em História pela mesma instituição.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.